

# A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O PAPEL DAS ESCOLAS PÚBLICAS NA VALORIZAÇÃO DA IMAGEM DO AGRONEGÓCIO

*Environmental Education and the role of public schools in image enhancement of agribusiness*

*Educación ambiental y el papel de las escuelas públicas en la mejora de la imagen del agronegocio*

**CARLOS FREDERICO LOUREIRO**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**RODRIGO LAMOSA**  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**RESUMO** Desde 2001, a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), por intermédio da sua entidade coirmã situada em Ribeirão Preto, desenvolve nas escolas públicas da região, formada por 90 municípios, o Programa Educacional Agronegócio na Escola. Do ponto de vista do ideário ambiental, o discurso anunciado pela entidade aponta para a possibilidade de uma sociedade sem conflitos e baseada nas parcerias público-privadas, na responsabilidade individual e na racionalização no uso dos recursos naturais. O objetivo do trabalho foi analisar a inserção do programa nas redes municipais em relação à proposta de hegemonia da entidade e o papel dos professores participantes. A pesquisa que resultou neste artigo realizou entrevistas com 17 docentes inseridos no projeto pedagógico com o intuito de compreender a adesão das comunidades escolares à proposta da ABAG. Foram realizadas também entrevistas com as coordenadoras da associação e a análise dos materiais pedagógicos cedidos pelo programa. Foi possível concluir que a proposta de valorização da imagem do agronegócio, principal objetivo declarado no programa, reproduz no interior das escolas o discurso proposto pela associação por meio de trabalhos que difundem um consenso sobre o modelo agrário dominante.

**PALAVRAS-CHAVE:** ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO; HEGEMONIA; SUSTENTABILIDADE; TRABALHO DOCENTE.

**ABSTRACT** Since 2001, the Brazilian Association of agribusiness (ABAG), through its sister company entity located in Ribeirão Preto, develops in the public schools of the region, formed by 90 municipalities, the Agribusiness education program at school. From the point of view of environmental ideals, the speech announced by the points to the possibility of a conflict-free society, based on public-private partnerships, on individual responsibility and

rationalization in the use of natural resources. The objective of this work was to analyze the program's insertion in the municipal networks regarding the proposal of hegemony of the entity and the role of the participating teachers. The research that resulted in this article conducted interviews with 17 teachers entered in the pedagogic project with the aim to understand the adhesion of school communities to the proposal of the ABAG. Were held also interview with the coordinators of the Association and analysis of teaching materials provided by the program. It was possible to conclude that the proposed image enhancement of agribusiness, the main stated goal on the show, reproduces inside the schools speech proposed by the Association through works that broadcast a consensus on the dominant agricultural model.

**KEYWORDS:** BRAZILIAN ASSOCIATION OF AGRIBUSINESS; HEGEMONY; SUSTAINABILITY; TEACHING WORK.

**RESUMEN** Desde 2001, la Asociación Brasileña de Agronegocios (ABAG), a través de su hermana entidad ubicada en Ribeirão Preto, la empresa se desarrolla en las escuelas públicas de la región, formada por 90 municipios, el programa de Educación de Agronegocios en la escuela. Desde el punto de vista de los ideales del medio ambiente, el discurso anunciado por los puntos a la posibilidad de una sociedad libre de conflictos, basada en la colaboración público-privada, en la responsabilidad individual y racionalización en el uso de los recursos naturales. El objetivo de este trabajo fue analizar la inserción en las redes municipales con respecto a la propuesta de la hegemonía de la entidad y el papel de los profesores participantes del programa. La investigación que dio lugar a este artículo realizó entrevistas con 17 profesores entraron en el proyecto pedagógico con el objeto de comprender la adhesión de las comunidades escolares a la propuesta del seminario. Se celebraron también entrevista con los coordinadores de la asociación y análisis de materiales proporcionados por el programa de enseñanza. Fue posible concluir que la mejora de la imagen propuesta del agronegocio, el principal objetivo establecido en el programa, se reproduce dentro del discurso de escuelas propuesto por la asociación a través de obras que transmiten un consenso sobre el modelo agrícola dominante.

**PALABRAS CLAVE:** ASOCIACIÓN BRASILEÑA DEL AGRONEGOCIO; HEGEMONÍA; SUSTENTABILIDAD; LABOR DOCENTE.

## INTRODUÇÃO

A Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), entidade nacional fundada em Brasília, em 1993, realiza, por intermédio da sua entidade coirmã, situada em Ribeirão Preto, o Programa Educacional Agronegócio na Escola, desde 2001, nas escolas públicas da região, formada por 90 municípios. Do ponto de vista do ideário

ambiental, o discurso de sustentabilidade anunciado pela entidade e promovido em suas ações educativas, propõe a possibilidade de uma sociedade sem conflitos, baseada nas parcerias público-privadas, na responsabilidade individual e na racionalização no uso dos recursos naturais. Em mais de uma década, o programa já se inseriu em dezenas de redes de ensino, centenas de escolas, envolvendo docentes e milhares de alunos com o propósito de valorizar a imagem do agronegócio, inclusive como protagonista de um desenvolvimento sustentável garantido pela “modernização” do campo e uso de tecnologias de ponta (LOUREIRO, 2012; FOLADORI, 2001).

O objetivo do presente artigo foi analisar a inserção do Programa Educacional Agronegócio na Escola nas redes públicas municipais e o papel dos professores participantes, destacando o processo de adesão desses profissionais da educação ao projeto da associação em reproduzir a imagem do agronegócio associada à sustentabilidade. A necessidade de compreender os nexos entre os interesses da ABAG e a atuação dos docentes exigiu uma intensa agenda de pesquisa na região em que se desenvolve o programa, envolvendo observações de campo, reuniões e entrevistas com docentes inseridos no projeto pedagógico, com o intuito de compreender a adesão das comunidades escolares à proposta da ABAG, sem desprezar as tensões oriundas desse processo. Foi realizada, também, entrevista com as coordenadoras da associação e a análise do conteúdo do *site* da associação e dos materiais pedagógicos cedidos pelo programa às escolas.

Foi possível perceber que o Programa Educacional Agronegócio na Escola produz, entre os professores participantes, um consenso sobre o modelo agrário dominante. E esses profissionais, uma vez aderindo ao projeto de valorização desse modelo, tornam-se intelectuais orgânicos da hegemonia do agronegócio. Diferentemente da camada dirigente dos intelectuais que organizam o projeto político que unifica as diversas frações da classe dominante na mesma entidade, os docentes da escola pública atuam no interior do projeto da ABAG, realizando a mediação com os futuros trabalhadores formados nas instituições públicas de ensino.

## **A ABAG E A HEGEMONIA DO AGRONEGÓCIO**

A ABAG, ao longo de seus 20 anos, buscou se diferenciar de algumas entidades que historicamente representaram o patronato rural, sobretudo a União Democrática

Ruralista (UDR). A associação caracteriza-se, por um lado, pela intensa relação com grandes centros de pesquisa, extensão e ensino superior; de outro lado, pela capacidade de representação de diferentes frações da classe dominante, incluindo bancos, indústrias, cooperativas e algumas multinacionais entre seus associados.

A articulação política da ABAG tem sido medida pela capacidade em realizar intensa ocupação de postos<sup>1</sup> no interior da Sociedade Política do Estado Ampliado brasileiro<sup>2</sup>. A entidade, assim como um partido que organiza os interesses de seus filiados, vem inserindo seus intelectuais orgânicos<sup>3</sup> em Ministérios, como o Ministério da Agricultura e Pecuária, ocupado pelo ex-presidente da entidade Roberto Rodrigues, e em Secretarias estaduais, como a Secretaria de Abastecimento do estado de São Paulo, dirigida pela Secretária Geral da ABAG-Ribeirão Preto, Mônica Bergamashi (LAMOSA, 2014). O êxito da articulação organizada nos últimos anos vem credenciando a associação como “Partido do Agronegócio”<sup>4</sup> no Brasil.

<sup>1</sup> A ABAG vem, desde sua fundação, se notabilizando em inserir seus intelectuais orgânicos na sociedade política. O posto mais alto alcançado foi o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), por meio de seu ex-presidente Roberto Rodrigues, entre 2003 e 2005. No estado de São Paulo, Mônica Bergamashi assumiu a Secretaria de Agricultura e Abastecimento durante a gestão do governador Geraldo Alckimin (2011-2014). Ambos os intelectuais assumiram cargos de direção na ABAG nacional e na entidade coirmã em Ribeirão Preto, respectivamente. Além destes dois, diversos intelectuais da ABAG têm assumido postos na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em conselhos e comissões ligadas ao MAPA, como o CONSAGRO (Conselho do Agronegócio), CONDEAGRO (Coordenadoria de Desenvolvimento do Agronegócio), Conselho Nacional de Política Agrícola, Conselho Nacional de Segurança Alimentar, Conselho Nacional de Pecuária de Corte, Comitê Nacional de Interação Lavoura Pecuária, Comissão Nacional Pública-Privada Assessora MAPA (LAMOSA, 2014).

<sup>2</sup> O Estado moderno capitalista não é nem “sujeito” que paira sobre as classes sociais e seus conflitos, nem um mero “objeto” utilizado por uma classe sobre a outra. O Estado se ampliou, constituindo-se em dois níveis: Sociedade Política e Sociedade Civil. O primeiro se constitui como o Estado em seu sentido restrito, composto pelas agências organizadas em Ministérios, Secretarias e outros órgãos, além do Judiciário e as forças de segurança. O segundo nível, a Sociedade Civil, constitui-se como esfera onde as classes sociais organizam e disseminam seus aparelhos privados, por meio do qual buscam a adesão dos membros de sua classe, tendo como objetivo organizar a hegemonia sobre o conjunto da sociedade.

<sup>3</sup> Os intelectuais orgânicos de uma organização cumprem, segundo Gramsci (2011), uma dupla função: ao mesmo tempo em que atuam na Sociedade Civil, organizando o projeto político e a consciência de classe, pela difusão de organizações capazes de produzir uma dada hegemonia, estão presentes no interior da Sociedade Política, articulando os interesses de seu partido nas agências estatais (Ministérios, Secretarias, conselhos ligados a Ministérios, comissões.)

<sup>4</sup> A expressão “Partido do Agronegócio” foi produzida na Tese de doutorado “Estado, Classe Social e Educação no Brasil: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio” (LAMOSA, 2014) e utilizada para denominar a organização caracterizada por objetivos, ações e articulação típicas de um “Partido”. Segundo Gramsci, “[...] embora todo partido seja a expressão de um grupo social, e de um só grupo social, ocorre que, em determinadas condições, determinados partidos representam um só grupo social na medida em que exercem uma função de equilíbrio e arbitragem entre os interesses de seu próprio grupo e os outros grupos, fazendo com que o desenvolvimento do grupo representado ocorra com o consenso e com a ajuda dos grupos aliados, se não mesmo dos grupos decididamente adversários” (GRAMSCI, 2011,

A atuação da ABAG, entretanto, não está condicionada apenas à ocupação dos primeiros escalões do poder executivo, em ministérios e secretarias. A associação, ao longo dos anos, constituiu um modo de operar a inserção de seus intelectuais no interior de inúmeros conselhos, comitês e câmaras setoriais. Além disto, tem se notabilizado pela capacidade de incidir sobre a política de pesquisas, por meio da conquista da direção política da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)<sup>5</sup>, fundamental nos embates que os setores associados à ABAG, interessados no desenvolvimento da produção transgênica, têm travado nas últimas décadas (MENDONÇA, 2010b).

O interesse pela definição das políticas referentes à pesquisa agropecuária entre os intelectuais orgânicos da ABAG tem origem antes mesmo da fundação da associação. As disputas em torno dessas políticas, nas décadas de 1970 e 1980, foram hegemônicas por um dos principais associados da entidade. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), dirigida por Ney Araújo Bittencourt, principal responsável pela difusão no país do conceito de “Agronegócio”, e por Roberto Rodrigues, foi a principal força definidora da política que originou a EMBRAPA, em 1973 (MENDONÇA, 2010a, 2010b).

Em 1990, a OCB teve novamente protagonismo na decisão de criar o Instituto Brasileiro do Agribusiness e, no mesmo ano, alguns de seus dirigentes estiveram à frente da criação, no interior da Universidade do Estado de São Paulo (USP), do Programa de Estudos e Negócios do Sistema do Agronegócio (PENSA)<sup>6</sup>, que vem se notabilizando pela formação no nível de pós-graduação e por “estudos de caso” encomendados (PINTO, 2010). O PENSA, desde sua criação, esteve situado fisicamente no interior da FEA-USP e recebeu verbas de empresas privadas e organizações do agronegócio brasileiro. O financiamento de suas pesquisas, cursos e edições é realizado por meio de um conjunto de fundações que atuam no interior

---

p. 300). É neste sentido que a ABAG atua como “Partido do Agronegócio”, representando as diversas frações do capital, presentes entre os associados, e a atuação juntos aos trabalhadores da educação pública e aos jovens estudantes.

<sup>5</sup> O principal intelectual da ABAG à frente da EMBRAPA no período em que Roberto Rodrigues, ex-presidente da ABAG, foi Ministro do MAPA foi Clayton Campanhola, ex-diretor do “Partido do Agronegócio”. A demissão de Campanhola foi creditada por setores da imprensa na época como consequência da resistência de Clayton Campanhola em destinar todos os recursos da empresa às pesquisas ligadas ao agronegócio; mas, essa tese foi desmentida por ele (LAMOSA, 2014).

<sup>6</sup> Mais informações no *site* oficial do Pensa: <<http://pensa.org.br/>>.

da USP. Estas fundações são fundamentais para as parcerias público-privadas entre o programa, situado em uma instituição pública, e o financiamento de empresas de direito privado e entidades do agribusiness, brasileiras e estrangeiras (LAMOSA, 2014).

O programa se dedicou, desde a sua origem, tanto a programas regulares de ensino quanto à formação continuada, com destaque para os cursos dirigidos às empresas associadas, incluindo várias associações e cooperativas organizadas na ABAG, como a Cooperativa Agropecuária Holambro, Cooperativa Batavo, Fru-norte, Dinamilho, Associação dos Viticultores de São Miguel Arcanjo (AVITI) e Cooperativa Central Agropecuária (SUDCOOP). O programa se especializou em pesquisas organizadas por professores com a participação de alunos e intelectuais das empresas interessadas por meio de estudos de caso. Os projetos desenvolvidos pelo PENSA, segundo Zylbersztajn<sup>7</sup>, visam a se dedicar a “[...] situações-problema enfrentadas por empresas reais e que são ilustrativas do momento por que passa o agribusiness brasileiro e internacional” (ZYLBERSZTAJN, 1993, p. 23).

A atividade do PENSA não pode ser percebida apenas como uma mera instrumentalização de frações agrárias que passaram a ter assistência na inovação tecnológica. A produção dos intelectuais associados ao PENSA ou formados por este instituto foram responsáveis por organizar e uniformizar o discurso do agronegócio brasileiro. Isso foi fundamental para a conjuntura de criação da ABAG. Além das pesquisas e cursos, o programa editou diversos trabalhos acadêmicos, ao longo dos anos, que visam a produzir esse discurso (PINTO, 2010).

O pensamento pedagógico produzido pela ABAG se baseava no binômio: competitividade internacional e segurança alimentar. A competitividade seria garantida pela inserção definitiva do agronegócio brasileiro no mercado mundial. Para organizar essa estratégia, a ABAG criou o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE). A segurança alimentar foi o tema difundido internacionalmente pelos intelectuais coletivos do capital (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, UNESCO) e nacionalmente pela ABAG.

Para organizar a difusão da “responsabilidade social” e o “compromisso do agronegócio com a “sustentabilidade” (termos retirados do próprio *site* do Instituto

---

<sup>7</sup> Décio Zylbersztajn é engenheiro agrônomo, professor titular do departamento de administração da Faculdade de Economia e Administração (FEA-USP), coordenador-geral e um dos fundadores do PENSA.

para o Agronegócio Responsável (ARES), criado em 2008), o ARES (2015, [s. p.]) define-se como uma entidade “[...] que, por meio de metodologia de engajamento, se propõe a facilitar o processo de construção de diálogo e identificação de agenda positiva entre todas as partes interessadas do agronegócio brasileiro”<sup>8</sup>.

A principal entidade ligada ao ARES é a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) que, desde 1993, reúne diferentes frações do capital (urbanas e rurais) entre os seus associados. Em seu *site* oficial, a ABAG apresenta o ARES com um “centro de referência” de práticas sustentáveis ligadas ao agronegócio no Brasil (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO, 2012).

A difusão da responsabilidade socioambiental do agronegócio brasileiro é feita, portanto, pelo Instituto Agronegócio Responsável (ARES). O investimento no agronegócio é divulgado pelo instituto como uma ferramenta fundamental para a inserção do Brasil no mercado internacional e como uma estratégia para a solução dos problemas sociais do país. Isto seria possível por intermédio do conceito de Segurança Alimentar que garantiria o aumento do consumo interno, a melhoria na produtividade e, conseqüentemente, a maior competitividade do país na globalização do mercado internacional. Segundo Meire Freire, superintendente do ARES, e Roberto Waak, presidente do Conselho Consultivo do instituto, o processo de criação do ARES esteve associado à mobilização das frações empresariais do ramo da soja para ações no campo da sustentabilidade (LACERDA, 2009).

Embora tenha sido uma empreitada dos produtores de soja, após dois anos da sua criação, o instituto já possuía entre seus associados diversas organizações que representavam produtores, ao todo 23, de outros ramos, incluindo algumas entidades filiadas à ABAG (SEVÁ, 2008). Esse foi o caso da Associação Nacional de Defesa Vegetal (ANDEF), Associação das Indústrias da Cana-de-Açúcar (ÚNICA) e Associação das Indústrias da Alimentação (ABIA). Além disso, o presidente do Conselho Consultivo do ARES é Carlo Lovatelli, ex-presidente da ABAG.

O ARES tem, ainda, a responsabilidade de realizar a organização e a instrumentalização de processos de gestão interna de seus mantenedores, destacadamente em relação às exigências impostas pelo mercado internacional e demandas relacio-

---

<sup>8</sup> Ver o *site* oficial do Instituto Ares: <[http://www.institutoares.org.br/ares\\_oquee.html](http://www.institutoares.org.br/ares_oquee.html)>.

nadas às práticas econômicas relativas ao ambiente. O instituto elabora planos de ação que podem variar desde um “manifesto” em torno do compromisso público de rompimento com certas práticas socioambientais até planos de transição para realizar tal rompimento (LACERDA, 2011).

O ARES difunde o “modelo de governança *multistakeholder*” como ferramenta antecipada de conflitos. Este modelo é exaltado enquanto instrumento fundamentalmente democrático “[...] que possibilita a consideração do ponto de vista de todos os interessados em torno de uma dada problemática.” (ARES, 2014, [s. p.]). Em pesquisa realizada em 2008, intitulada “Governanças Socioambientais nos Sistemas Agroindustriais”, foram identificadas diferentes experiências bem-sucedidas que utilizaram a metodologia *multistakeholder* no país. Segundo Roberto Waack, essa metodologia resulta em um “[...] processo diferente, talvez doloroso, que demanda paciência e compromisso, mas que pode proporcionar oportunidades importantes no campo dos processos produtivos e mercadológicos” (WAACK, 2008 apud LACERDA, 2011, p. 8).

A ABAG difunde a ideologia do “Agronegócio” em pelo menos dois sentidos. O primeiro sentido da ideologia é aquele analisado por Gramsci (2011) como esfera superestrutural na qual os homens tomam consciência de suas relações sociais contraditórias. Os aparelhos ideológicos, como o ARES, são fundamentais para a formação da consciência das classes sociais. Nesse aspecto, o trabalho produzido pelo instituto contribui para dar homogeneidade às frações associadas ao “agronegócio” no país. O segundo sentido da difusão ideológica elaborada pela ABAG foi no intuito de produzir uma falsa consciência, mediante o Programa Educacional Agronegócio na Escola, em Ribeirão Preto, maior centro agroindustrial do país. A ideologia neste segundo caso está mais próxima da definição elaborada por Marx e Engels (1987), em “A ideologia alemã”, enquanto mecanismo de ocultação das contradições que estruturam as relações sociais.

## **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO AGRONEGÓCIO**

Diferente de outras entidades representativas da classe dominante, a ABAG não constituiu um departamento ou uma secretaria para um setor educacional. A



iniciativa desta foi criar uma entidade coirmã com o único intuito de reproduzir a imagem do agronegócio formulada a partir da relação da ABAG com o meio acadêmico. Em Ribeirão Preto, a entidade coirmã vem assegurando a difusão desta imagem, por meio de inúmeras atividades, dentre as quais se destaca o Programa Educacional Agronegócio na Escola, responsável por “valorizar o agronegócio na região” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO, 2014b). A principal tarefa da ABAG-RP é valorizar a imagem do agronegócio junto ao Estado Ampliado, ou seja, tanto na sociedade civil, onde opera programas e projetos, quanto na sociedade política, junto ao estado estrito na macrorregião de Ribeirão Preto. A ABAG/RP resultou da união de empresários das mais diversas cadeias produtivas da região, que se uniram para realizar um trabalho focado na valorização da imagem do setor.

No *site* oficial da associação, o projeto político é justificado da seguinte forma: “[...] em um país democrático onde a maioria da população é urbana, era importante, e continua sendo, demonstrar que as grandes bandeiras sociais da Nação são as mesmas bandeiras do agronegócio brasileiro” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO, 2014b, [s. p.])<sup>9</sup>. Enfim, mudar a imagem do setor rural e a do agronegócio na principal região do agronegócio brasileiro foi a “grande bandeira erguida” desde a cerimônia de criação da Associação:

Criada com a forte missão de revelar para a sociedade, e para os poderes constituídos, a real dimensão e a importância do agronegócio, a ABAG/RP é resultado da união de empresários das mais diversas cadeias produtivas da região de Ribeirão Preto, modernos e progressistas, que tiveram a visão de realizar um trabalho focado na valorização da imagem do setor. Em um país democrático onde a maioria da população é urbana, era importante, e continua sendo, demonstrar que as grandes bandeiras sociais da Nação são as mesmas bandeiras do agronegócio brasileiro. Mudar a imagem do setor rural e a do agronegócio foi a grande bandeira erguida desde a cerimônia de abertura da Associação em 8 de dezembro de 2000. Os passos seguidos tiveram na comunicação, com programas de longo alcance, seu maior aliado. O intuito era o de atuar em várias frentes seja política, institucional, educacional, social ou ambiental, e estar o mais perto possível da sociedade, para ouvir seus

<sup>9</sup> Texto publicado, em 8 de junho de 2014, no *site* oficial da ABAG-RP.

anseios ao mesmo tempo em que era revelado a ela o agronegócio em toda sua abrangência. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO, 2014b, [s. p.]).

As principais estratégias utilizadas pela ABAG-RP se concentram na área da comunicação, utilizando os meios midiáticos e a apropriação do trabalho docente realizado nas escolas públicas como principais instrumentos de difusão da nova imagem do agronegócio brasileiro. O intuito da associação é divulgar sua atuação e preocupações em várias frentes seja política, institucional, educacional, social ou ambiental. Os resultados deste trabalho são avaliados pela ABAG-RP mediante pesquisas que objetivam identificar as mudanças da imagem do “agronegócio”<sup>10</sup>.

A inserção da ABAG-RP na escola pública ocorre, desde 2001, por intermédio do Programa de Educação Ambiental denominado “Agronegócio na Escola”. A ação pedagógica do “Partido do Agronegócio” tem por objetivo declarado pelos proponentes “valorizar a imagem do agronegócio” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO, 2014b). A iniciativa teve origem após a constatação de uma pesquisa de que o agronegócio no país tinha sua imagem atrelada ao trabalho escravo e à degradação ambiental. A Educação Ambiental, nesta conjuntura, foi apropriada pela associação em um processo que re-significou o conceito de sustentabilidade propondo uma imagem do agronegócio associada à responsabilidade socioambiental (LAMOSA; LOUREIRO, 2014).

Entre 2001 e 2008, o programa foi realizado em parceria com a Secretaria Estadual da Educação e desenvolvido em escolas pertencentes a dez Diretorias de Ensino da macrorregião de Ribeirão Preto. O programa foi destinado, segundo o *site* oficial da ABAG, aos estudantes do ensino médio, com o objetivo de “[...] levar os conceitos fundamentais do agronegócio para as salas de aula, de forma multidisciplinar” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA

---

<sup>10</sup> Em 2012, a ABAG lançou mais uma campanha publicitária denominada “Sou Agro”, divulgada nos principais canais de televisão, revistas e jornais impressos do país. Essa divulgação vem sendo apresentada por artistas da Instituição Globo de comunicação, uma das principais associadas da ABAG. Anualmente, segundo informa o *site* oficial da ABAG, estão sendo veiculadas mais de duas mil inserções, entre vinhetas de patrocínio e filmes institucionais. Desta maneira, a ABAG continua nos seus quase 20 anos de existência, cumprindo sua missão de atuar em favor do agronegócio.

REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO, 2014b, [s. p.]). Segundo a diretora executiva da ABAG, a preocupação com a imagem do patronato rural em Ribeirão Preto é anterior ao programa educacional, mas se restringia ao setor produtivo associado à cana-de-açúcar<sup>11</sup>:

*Bom... Na verdade, a ABAG de Ribeirão Preto antes dela ser criada tinha um grupo que era especificamente do setor de cana chamado Imagem que buscava trabalhar a imagem da cana na região que em função do modelo de produção que envolvia a queimada. Pra você fazer o corte manual da cana, tinha muitos impactos na cidade, aquela fuligem, e as questões de problema respiratório. A cana, pelos centros urbanos, tinha um certo preconceito. (ABAG 1).*

A representantes da ABAG-RP concordam: “*Era mal visto*”. (ABAG 2); “*Mal visto*”. (ABAG 1). A fala de ambas revela a preocupação das ações da ABAG-RP em criar um antes e um depois do processo de mecanização do corte de cana. Na fase anterior, o “modelo de produção à época” produzia um tipo de impacto socioambiental distante da fase atual, mecanizada, moderna e, isso exigia, em primeiro lugar, a unidade da cadeia produtiva do agronegócio em um projeto “[...] *mais amplo de valorização institucional do agronegócio*” (ABAG 1).

Neste sentido, surgiu a proposta de trabalhar a imagem do agronegócio junto às escolas. No primeiro momento, o trabalho nas escolas se concentrou junto aos alunos do Ensino Médio:

*Em função deste modelo de produção da época. Então, o que aconteceu? Eles queriam melhorar este trabalho de valorização da imagem e surgiu quando foi criado este grupo e eles resolveram englobar as demais cadeias. Não só a cana, mas um pouco mais amplo da valorização institucional da imagem do agronegócio, tá? Então, antes da criação deste, em 2000, teve uma pesquisa de opinião que constatou como que era visto este setor, especificamente a cana, e também viu esta ideia de trabalhar uma coisa mais ampla, de uma forma institucional. E vamos tentar agregar outros setores, outras cadeias para além da*

---

<sup>11</sup> No trabalho de pesquisa, foram entrevistados alguns representantes da ABAG. Neste artigo, foram selecionadas as entrevistas com a Secretária Geral da ABAG-RP no período da pesquisa e a Coordenadora do Programa “Agronegócio na Escola”, as quais foram identificadas, no decorrer do texto, respectivamente como “ABAG 1” e “ABAG 2”. A fim de preservar a autenticidade dos depoimentos, as falas foram mantidas sem correções; por isso, devem ser desconsiderados quaisquer desvios à norma padrão.

*cana-de-açúcar. Bom, e aí as estratégias para fazer isso. Uma delas a educação. Por que a educação com os alunos? Nós fazemos um trabalho com 8º e 9º ano. Teve uma época que foi uma faixa etária um pouco maior. (ABAG 1).*

Entre 2001 e 2008, o programa se restringiu à Rede Estadual de Ensino de São Paulo. No entanto, segundo as representantes da ABAG-RP, as exigências do vestibular trouxeram muitas dificuldades. Após este período inicial, a associação passou a trabalhar exclusivamente com as redes municipais da macrorregião de Ribeirão Preto que possuem escolas com o segundo segmento do Ensino Fundamental. A escolha feita foi pelos dois últimos anos, justificada pela, em tese, maturidade dos alunos, o que permitiria ao programa realizar os mesmos objetivos de valorização da imagem do agronegócio na região, associando-a ao ideário da sustentabilidade nas escolas públicas.

No período em que esteve restrito à Rede Estadual de Ensino de São Paulo, o programa teve um grande crescimento. No primeiro ano, o programa começou em sete cidades, envolvendo 180 professores e 970 alunos. Em 2007, o programa educava 24.500 alunos, assimilando 1.800 professores, em 140 cidades. Em 2008, participaram apenas 29 escolas, de seis Diretorias de Ensino. Ao todo, aproximadamente 4.800 alunos realizaram cerca de 90 visitas de campo às propriedades de associados da ABAG-RP (LAMOSA, 2014). Desde 2009, a ABAG mudou de estratégia e passou a firmar parcerias com as Secretarias Municipais de Educação do estado de São Paulo, sendo Ribeirão Preto a primeira a assinar o convênio.

Entre 2009 e 2014, o programa atingiu a totalidade dos municípios da região de Ribeirão Preto que possuem escolas municipais com turmas nos últimos dois anos do Ensino Fundamental, com exceção do município de Matão. A inserção do programa nas Redes municipais se inicia com a assinatura de um convênio firmado entre a ABAG-RP e as prefeituras. No segundo momento a ABAG-RP envia um *e-mail* para as escolas convidando os professores a participarem do lançamento do “Prêmio Professor”, dirigido aos docentes, e do “Concurso de Redação” para os alunos. Ainda no primeiro bimestre, os professores assistiram a uma palestra de “capacitação” com Roberto Rodrigues e, nos últimos anos, com um convidado<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Em 2012, o convidado foi Içami Tiba, autor de livros como: “Quem Ama, Educa!” (2002), “Adolescentes: Quem Ama, Educa!” (2008a), “Disciplina: limite na medida certa. Novos Paradigmas” (2008b).

A ABAG, segundo a coordenadora do programa, “*não entra em sala de aula*” (ABAG 2). De fato, nenhum dos professores entrevistados identificou que qualquer profissional da associação tenha entrado no interior da sala de aula. Esse é um dos elementos centrais no processo de cooptação dos professores. O Programa Educacional Agronegócio na escola, diferente da maioria dos projetos empresariais que se inserem atualmente nas escolas públicas, não impõe um único formato de projeto a ser desenvolvido. Isto restringiria muito as possibilidades de ação do programa. O programa da forma como é executado garante aos professores uma autonomia limitada que permite que eles executem a proposta de divulgação da ABAG sem se sentirem funcionários do agronegócio. Como disse uma professora entrevistada: “*Eu não sou funcionária da ABAG*” (PROFESSORA 1), mas seu projeto divulgou a mensagem da associação, através de *blog* e um jornal com tiragem de 1.000 exemplares em uma cidade com 5.000 pessoas.

A aparente autonomia que o programa da ABAG permite aos professores é mediada pelo acesso da associação a toda produção criativa do espaço escolar. Sem engessar o trabalho docente em um único formato, poderia se afirmar que a associação apropria o conhecimento produzido nas escolas públicas e faz a mediação do trabalho docente e das opções pedagógicas (SAVIANI, 2012, 2013).

## **A ALIENAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE**

A participação de professores e alunos no programa “Agronegócio na Escola” é estimulada pela ABAG via uma política de premiações que se inicia com os alunos, a partir do concurso de redação, e em um segundo momento com os concursos de frase e desenho. Os professores que participam do programa são convidados a inscrever projetos para disputar o “Prêmio Professor”. Os projetos devem ser desenvolvidos nas escolas, a partir de temas predefinidos pela ABAG-RP.

Os projetos inscritos no “Prêmio professor” são formulados pelos professores e apresentados à ABAG-RP que selecionam dez docentes que deverão apresentar seus trabalhos na culminância realizada no fim do ano letivo. Os professores que participam do programa são de disciplinas variadas, e não foi identificada pela pesquisa uma disciplina que prevalecesse sobre as demais:

A “capacitação” é oferecida em duas ações. A primeira é uma palestra realizada para os professores com o palestrante Roberto Rodrigues. A exposição se concentra nas virtudes do agronegócio para a história do país, os aspectos sustentáveis do setor e as diferenças positivas impostas pela modernização produtiva da agricultura. O segundo momento ocorre no interior das empresas associadas da ABAG-RP. O envolvimento do professor com essa etapa da capacitação é imprescindível, segundo as representantes da ABAG-RP, pois é o momento em que ele vai “captar melhor a mensagem” que a associação quer que seja reproduzida pela escola:

*Além do material de apoio, a gente também dá uma capacitação para os professores. Por quê? O que a gente entende é o seguinte: se o professor, ele capta, pra ele também entender melhor o assunto e captar melhor a mensagem que a gente está tentando passar. É importante ele passar por esta capacitação. Trata-se de uma palestra, ministrada pelo Roberto Rodrigues que foi o ministro da agricultura; e, depois, um dia de visitas às empresas associadas. Então, ele tem primeiro esta palestra de conceituação, uma visão macro do que é o setor no Brasil e a sua expressividade no mundo e depois ele vai especificamente conhecer uma empresa associada que pode ser desde uma usina, pode ser uma fazenda de café, uma empresa de máquinas e equipamentos agrícolas, instituições de pesquisa e ensino. Então, são diferentes agentes das cadeias e eles podem conhecer e eles conseguem levar melhor este entendimento para a sala de aula. E até nesta capacitação dele, ele consegue ser estimulado a ter ideias e visões diferentes sobre como abordar este assunto com os alunos em sala de aula. (ABAG 1).*

*É, ele vai à palestra. Daí tem o conceito. Ai, às vezes, ele vai na visita do café. Ai, nossa, vou abordar. Eles têm ideias assim. As ideias vão surgindo e uma coisa que a gente percebe muito é que as escolas que conseguem trabalhar todas estas disciplinas, que consegue pegar todos estes professores e a gente vê, também, que o aproveitamento melhora. Os alunos se envolvem mais. É bem mais. Mas, parece que eles conseguem entender melhor, eles conseguem se envolver mais. É muito... É fantástico assim, o que algumas escolas conseguem fazer pegando todas as disciplinas. (ABAG 2).*

A assimilação da escola pública e seus professores ao projeto de hegemonia do “Partido do Agronegócio” retira desta instituição seu caráter público, na medida em que seu Projeto Político-Pedagógico passa a sofrer a mediação de instituições e projetos com base nos interesses privados a serviço da ideologia dominante. Assim,

não é a comunidade escolar que produz seu Projeto Político-Pedagógico e seus mecanismos internos de discussão do planejamento escolar e curricular, mas certos interesses passam a mediar escolhas, a partir de então determinadas por benefícios materiais (material didático, oferta de formação etc.) e convencimentos ideológicos que são inerentes à entrada de projetos de educação privados na instituição pública de ensino. A escola “desinteressada” (GRAMSCI, 2000, 2007), aquela em que a formação dos jovens não se dá mediada por interesses privados, exige o caráter público que é antagônico ao processo de privatização exercido por programas como o do ABAG, que propõe a valorização da imagem do capital (NEVES, 2005; MOTTA, 2012) e que o associa ao caminho viável e racional para um desenvolvimento sustentável (LOUREIRO, 2014).

O papel dos professores no programa é maior do que a aparência leva a crer. O trabalho docente alienado pela ABAG vai além do papel de mera mediação entre o “Partido do Agronegócio” e a sociedade. Os professores são responsáveis por produzirem projetos educativos visando a difundir uma imagem construída por meio dos materiais e pela “capacitação” da ABAG. A relação professor-ABAG se constitui como um processo em que a autonomia docente é ilusória. Os professores se tornam intelectuais orgânicos do projeto de hegemonia do “agronegócio”. No programa de televisão “Ação Cooperativa<sup>13</sup>” que foi ao ar na rede Club Bandeirantes, no dia 23 de junho de 2012, a Coordenadora do programa, ao ser entrevistada, falou sobre o papel dos educadores e seus objetivos:

*Estas visitas são importantes porque elas trazem os professores até as empresas do agronegócio para que eles conheçam o real valor do setor e o que isto agrega de valor na região. Depois estes professores vão passar os conceitos e fundamentos do agronegócio que eles apreenderam para os alunos na sala de aula. Então, estes alunos ficam motivados a conhecer, participar dos concursos, fazer frases, desenhos, participar dos concursos de redação. (ABAG 2).*

Na fala da coordenadora do programa, é possível identificar um fato grave que é a perda da autonomia do trabalho e do papel de mediação dos docentes que se reduz a “passar” aquilo que a ABAG entende como sendo o papel do “agronegócio”

---

<sup>13</sup> Mais informações em Ação cooperativa, 2012.

na região. A proposta de educar os alunos para fazer frases, desenhos e participar dos concursos indica serem essas as principais formas de internalização da nova imagem promovida e expressa nas frases vencedoras e premiadas pela ABAG.

Assim, entende-se que a principal implicação do programa para o trabalho docente é a perda do protagonismo do educador na produção do conhecimento. A atuação da associação incide diretamente no fazer pedagógico e, neste sentido, o trabalho docente torna-se alienado, ou seja, há um estranhamento entre o trabalhador que produz e o produto de seu trabalho, pela mediação de um agente que determina o que deve ser produzido. Esse é o principal aspecto que atualiza as teses de proletarianização e desprofissionalização docente, muito difundidas durante a década de 1980 (OLIVEIRA, 2003). Os professores perderam sua autonomia para conduzir o processo de ensino aprendizagem, elemento indispensável à profissionalização da carreira docente. A perda da autonomia do trabalho docente é decorrente da expropriação dos instrumentos de produção do conhecimento, em um processo de proletarianização que propõe aos professores o papel de entregador de “conhecimento”, como fica claro na fala da coordenadora do programa “Agronegócio na Escola”:

*No primeiro, eles não tinham muita estrutura de como mandar o projeto. Era um pouco solto. Era à mão, por escrito. Vinha tudo. Vinha slide. Vinha tudo impresso. Ai, no ano passado, a gente já melhorou. Nesse ano, a gente melhorou mais ainda. Entendeu? Então, eles também estão mandando cada vez mais redondinho... Assim, né? Pra gente. (ABAG 2).*

Nas últimas décadas, a escola pública brasileira assumiu as mais variadas funções, tendo o professor que responder a exigências que estão além de sua formação. Muitas vezes, esses profissionais são obrigados a desempenhar funções de agente público, assistente social, enfermeiro, psicólogo, além de desenvolver programas e projetos que aportam nas escolas. Tais exigências contribuem para um sentimento de desprofissionalização, de perda de identidade profissional e da constatação de que ensinar, às vezes, não é o mais importante (NORONHA, 2001; OLIVEIRA, 2003).

As inserções empresariais nas escolas públicas retiram dos docentes a autonomia, entendida como condição de participar da concepção e organização de seu trabalho. Desta maneira, podemos perceber que o movimento realizado pelo empresariado



brasileiro na direção da escola básica traz consequências significativas para a organização e a gestão escolares, resultando em uma reestruturação do trabalho docente, podendo alterar, inclusive, sua natureza e definição (SHIROMA, 2003)

De acordo com Enguita (1991), um grupo profissional pode ser considerado como uma categoria autorregulada de pessoas que trabalham diretamente para o mercado em uma situação de privilégio monopolista. Ressalta que, diferentemente de outras categorias de trabalhadores, os profissionais são plenamente autônomos em seu processo de trabalho, não tendo de submeterem-se à regulação alheia. A perda da autonomia do trabalho dos professores, neste sentido, seria resultado da histórica expropriação do saber docente, atualizado, na conjuntura contemporânea, pela inserção das empresas nas escolas públicas (SAVIANI; DUARTE, 2012).

A pesquisa que resultou neste artigo identificou que os docentes envolvidos no Programa Educacional Agronegócio na Escola cumprem, no projeto hegemônico da ABAG, uma importante função na difusão da autoimagem produzida pela associação. Inicialmente, a interpretação dos primeiros resultados da pesquisa era que os docentes se posicionam em uma situação contraditória. Embora a assimilação destes profissionais faça uso da violência simbólica (BOURDIEU; PASSERON, 1975), todos os professores que participaram do programa e foram entrevistados reivindicam possuir autonomia diante dos interesses da ABAG. A autonomia reivindicada pelos docentes entrevistados foi, inclusive, ressaltada na entrevista realizada com os dirigentes da associação que fizeram questão de enfatizar que não entram em sala de aula, que os professores têm toda “autonomia” para trabalhar o programa com seus alunos, considerando a realidade local e suas especificidades. Uma das 17 docentes entrevistadas pela pesquisa, ao ser questionada sobre a privatização da escola pública realizada pelo programa da ABAG respondeu da seguinte maneira:

*Sinceramente, eu não me preocupo muito com a ABAG. De verdade, a ABAG pra mim foi a mola propulsora do projeto. Eu me preocupo com o projeto na minha cidade, com a repercussão que ele vai ter aqui. A repercussão que vai ter aqui é positiva. Então, óbvio que vai rebater lá na ABAG. Mas, de verdade, se você me perguntar se eu penso nisso, eu não penso na ABAG. Eu não sou uma funcionária da ABAG. Eu sou uma educadora e a ABAG me deu uma oportunidade de trabalhar em um projeto. É assim que eu penso. Ela viabilizou. Ela, pra mim, abriu uma porta, um caminho pra eu trabalhar o projeto que eu achei legal;*

*por isso, comprei a ideia e tô trabalhando. O tipo de resultado que vai ter pra ABAG, de verdade, nunca parei pra pensar, nunca. É lógico que eu sei que existe uma intenção dela por trás disto, mas eu nem parei pra pensar, nem na intenção da ABAG. Pra falar a verdade, se eu parar pra pensar muito na intenção da ABAG, eu vou me sentir usada pela ABAG. E aí não faço o projeto. (PROFESSORA 1).*

Os docentes das escolas são incorporados ao programa mediante um processo de “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA; BRAGA; RIZEK, 2010). Ao contrário de muitos projetos que entram na atualidade na escola pública com seu formato plenamente definido, restando aos professores consentir e transferir sua autoridade pedagógica às empresas<sup>14</sup>, no caso estudado é a ABAG que consente aos professores que estes formulem seus projetos. Neste caso, é a associação empresarial que consente aos professores a liderança do projeto pedagógico, desde que estes não se contraponham aos princípios que sustentam a dominação. Outra professora entrevistada ao problematizar o perfil ideológico do programa respondeu:

*Então, eu me perguntei, assim, diversas vezes sobre o que eu penso disto. E aí eu cheguei na seguinte conclusão: no meu caso, eu acho que tudo depende da forma como você vai trabalhar. Ideologia tem em tudo. Não é só neste projeto. Eu trabalho com outros projetos, e a gente nota que há uma ideologia neles também. Então, eu acredito que o jeito que a gente trabalha pode aguçar isto ou anular. Não anular, mas diminuir esta relação. Em nenhum momento, pelo menos na minha fala, enquanto eu trabalhei no projeto, a gente ficou preocupada com estas questões. (PROFESSORA 2).*

A engenharia de convencimento da ABAG para a entrada na escola pública baseia-se em uma ilusória e aparente manutenção da autonomia do trabalho docente, adensada por uma política de premiações que oferece prestígio a quem participa, ao mesmo tempo em que retira dos professores o controle sobre a produção do conhecimento e insere no interior da escola programas com base no direito privado.

---

<sup>14</sup> Este foi o caso de todos os programas identificados na dissertação de mestrado “A Educação Ambiental e a nova sociabilidade do capital” (LAMOSA, 2010), em que as empresas chegavam às escolas com os projetos definidos (número de alunos envolvidos, atividades a serem realizadas no interior da escola e recursos disponibilizados).

Neste processo, a ABAG assimila os docentes, tornando-os intelectuais orgânicos do “agronegócio”, sem retirar o potencial criativo de seus trabalhos que, ao término do ano letivo, passam a ser propriedade da associação, como fica explícito no regulamento do “Prêmio professor”:

A remessa dos trabalhos significará a aceitação plena das normas contidas no presente regulamento. Os trabalhos não serão devolvidos e poderão ser utilizados, na condição de cessão dos direitos autorais, para fins de produção editorial e replicação dentro do Programa Educacional Agronegócio na Escola. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO, 2014a, [s. p.]).

A alienação do trabalho docente impacta no Projeto Político-Pedagógico das escolas e, conseqüentemente, na formação dos jovens estudantes. As redações vencedoras na edição 2012 refletem o trabalho de convencimento realizado pela ABAG e, no interior das escolas, pelos próprios professores (LAMOSA, 2014). A imagem do agronegócio projetada nas redações é aquela produzida nos materiais do programa. Em redação produzida por uma escola em Sertãozinho a aluna relata a importância do programa para conhecer o agronegócio, bem como o relaciona à vida da sua mãe, ao país e à sustentabilidade:

O Brasil do agronegócio

No início das aulas, quando minha professora disse a palavra “Agronegócio”, não tinha a menor ideia de que fosse algo tão importante porque é graças a ele que minha mãe vai ao mercado e compra legumes, frutas fresquinhas para minhas refeições e até algumas peças de roupas e sapatos, que eu uso, são feitas com produtos de vários de seus setores.

Para se ter uma ideia, o Brasil é um dos países que mais produz comida, então se o mundo fosse uma casa, o Brasil poderia ser a cozinha capaz de suprir um outro país, caso houvesse falta de alimento.

E num país que produz tanto, deveríamos nos preocupar também com a preservação de áreas de mananciais, com a manutenção do solo e da natureza, pois estaremos protegendo as gerações futuras. O agronegócio produz riquezas, gera desenvolvimento econômico e social, traz benefícios para todos os setores da sociedade.

Então a palavra-chave é “sustentabilidade”, pois a capacidade de tirar da terra tudo o que ela pode nos dar sem destruir a natureza e esgotar todos os recursos disponíveis, ainda é um desafio e uma meta que todos almejamos. (LAMOSA, 2014, p. 354).

A análise realizada a partir das entrevistas com os docentes que participam do programa e com as coordenadoras da ABAG, além da leitura das frases e redações premiadas nas últimas edições, permite concluir que o “Partido do Agronegócio” tem tido êxito em sua proposta hegemônica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, concluímos que a ABAG assumiu a tarefa histórica de “Partido do Agronegócio” no Brasil, articulando, na sociedade civil, a formação dos intelectuais orgânicos e a difusão da autoimagem associada à responsabilidade socioambiental, e na sociedade política, a ocupação de cargos e inserção dos seus interesses particulares, apresentados como demandas de toda a sociedade. Neste caso, os nexos entre Estado, classe social e educação mostram-se, ao longo da história da hegemonia do agronegócio no país, fundamentais para a elaboração e execução de um projeto de poder que conformou o atual bloco histórico.

A formação da ABAG materializou a unidade política entre as principais frações do capital, incluindo aquelas predominantemente urbanas, como é o caso das frações industriais, comerciais e financeiras. A unidade política e a transformação da imagem do empresariado rural se materializaram na formação de uma organização de novo tipo. Por intermédio da ABAG, a burguesia agroindustrial de São Paulo passou a organizar a formação de intelectuais, além de difundir uma imagem de agronegócio sustentável, por meio de projetos de Educação Ambiental como aqueles produzidos pelos professores no Programa Educacional Agronegócio na Escola.

O interesse em valorizar a imagem do agronegócio, vinculando-o à sustentabilidade e à responsabilidade social, tem no Programa Educacional Agronegócio na Escola uma ferramenta fundamental de difusão ideológica. A inserção nas instituições de ensino ocorre por meio da assimilação dos professores das escolas públicas e a divulgação da autoimagem do agronegócio é realizada por meio dos projetos formulados por docentes que, em sua imensa maioria, afirmam participar do programa de forma voluntária e nutrir autonomia em seu trabalho. Entretanto, esta pesquisa pôde comprovar que essa autonomia é ilusória e um dos principais

mecanismos de cooptação desses profissionais, além daqueles imediatamente visíveis, mediante a política de premiações, como os alunos.

A ABAG, em seu objetivo de valorizar a imagem do agronegócio por meio do Programa Educacional Agronegócio na Escola vem sendo, até então, bem-sucedida. Os índices de adesão dos professores ao “Prêmio Professor” não expressam uma resistência assumida por estes profissionais. Ao contrário, todos os professores entrevistados que participaram do programa, mas não apresentaram projetos à premiação, demonstraram, nas entrevistas, grande adesão à iniciativa da ABAG. No entanto, a precarização que recai sobre o trabalho docente e facilita a entrada do programa privado no interior da instituição pública de ensino, contraditoriamente, é a mesma que impõe os limites para a realização da própria ABAG, e dificulta a ampliação da adesão dos professores e escolas, expondo estes a tensões nas relações público-privado.

## REFERÊNCIAS

ABAG 1. \_\_\_\_\_. **Entrevista**. [5 jul 2013]. Entrevistador: Rodrigo Lamosa. Ribeirão Preto, 2013. 1 arquivo.mp3 (2 h 5min 22 s).

ABAG 2. \_\_\_\_\_. **Entrevista**. [5 jul 2013]. Entrevistador: Rodrigo Lamosa. Ribeirão Preto, 2013. 1 arquivo.mp3 (2 h 5 min 22 s).

Ação Cooperativa. 23 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.neomarc.com.br/acaocooperativa/future3.php?id=44682432>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

associação brasileira do agronegócio (abag). 2012. Disponível em: <<http://www.abag.com.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

Associação Brasileira do Agronegócio da Região de Ribeirão Preto (ABAG-RP). **Programa Educacional Agronegócio na Escola**. 2014a. Disponível em: <<http://www.agronegocionaescola.com.br>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Histórico**. Revelando a importância do Agronegócio. 2014b. Disponível em: <<http://www.abagr.org.br/historico.php>>. Acesso em: 23 abr. 2014.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Francisco Alves, 1975.

ENGUITA, M. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarianização. **Revista Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v. 2.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere**. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

\_\_\_\_\_. **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos 1916-1935/Carlos Nelson Coutinho, organizador. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

INSTITUTO ARES. 2015. Disponível em: <[http://www.institutoares.org.br/ares\\_oquee.html](http://www.institutoares.org.br/ares_oquee.html)>. 2015. Acesso em: 10 abr. 2014.

LACERDA, E. **Brasil integrado**: a ideologia sistêmica do agronegócio na Associação Brasileira de Agribusiness. 2009. 122 f. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

\_\_\_\_\_. Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG) e a institucionalização dos interesses do empresariado rural no Brasil. **Ruris** – Revista do Centro de Estudos Rurais – UNICAMP, v. 5, n. 1, p. 183-207, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/965>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

LAMOSIA, R. **A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital**: um estudo na cidade de Teresópolis (RJ). 2010. 168 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <[http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/rodrigo\\_lamosa.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/rodrigo_lamosa.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Estado, Classe Social e Educação no Brasil**: uma análise crítica da hegemonia da Associação Brasileira do Agronegócio. 2014. 436 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do

Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://www.educacao.ufrj.br/ppge/Teses2014/trodrigolamosa.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_.; LOUREIRO, C. F. B. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. **Ensaio**: aval. pol. públ. educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 533-554, jun. 2014.

LOUREIRO, C. F. B. Sustentabilidade e educação ambiental: controvérsias e caminhos do caso brasileiro. **Sinais Sociais**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 26, p. 11-36, set./dez. 2014. Disponível em: <[http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/488930ad-0522-4b49-bb6f-43d2aae234c5/SinaisSociais26\\_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=488930ad-0522-4b49-bb6f-43d2aae234c5](http://www.sesc.com.br/wps/wcm/connect/488930ad-0522-4b49-bb6f-43d2aae234c5/SinaisSociais26_WEB.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=488930ad-0522-4b49-bb6f-43d2aae234c5)>. Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Sustentabilidade e educação**: um olhar de ecologia política. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 2012.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1987.

MENDONÇA, S. R. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990. José Pedro Stédile (Org.). São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Estado, pesquisa agropecuária e extensão rural no Brasil (1944-2005)**. Niterói, Relatório Final de Pesquisa ao CNPq, 2007.

\_\_\_\_\_. **O patronato rural no Brasil recente (1964-1993)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010b.

MOTTA, V. C. **Ideologia do capital social**: atribuindo uma face mais humana ao capital. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

NEVES, L. M. W. **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégia do capital para educar o consenso. São Paulo: Ed. Xamã, 2005.

NORONHA, M. **Condições do exercício profissional da professora e dos possíveis efeitos sobre a saúde**: estudo de casos das professoras do Ensino Fundamental em uma escola pública de Montes Claros, Minas Gerais. 2001. 118 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

OLIVEIRA, D. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2003.

OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2010.

PENSA. Disponível em: <<http://pensa.org.br/>>. Acesso em: 6 ago. 2015.

PINTO, R. G. **O novo empresariado rural no Brasil: uma análise das origens, projetos e atuação da Associação Brasileira do Agribusiness (1990-2002)**. 2010. 125 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PROFESSORA 1. \_\_\_\_\_. **Entrevista**. [15 ago. 2013]. Entrevistador: Rodrigo Lamosa. Dourado, 2013. 1 arquivo.mp3 (56 min 13 s).

PROFESSORA 2. \_\_\_\_\_. **Entrevista**. [16 ago. 2013]. Entrevistador: Rodrigo Lamosa. Monte Alto, 2013. 1 arquivo.mp3 (30 min 27 s).

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Ed. Autores Associados, 2013.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. Ed. ver. 1. reimpr. Campinas: Autores Associados, 2012.

\_\_\_\_\_.; DUARTE; N. **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2012.

SEVÁ, J. T. **Classes patronais rurais e conflitos sociais**. Um estudo sobre as ações das organizações patronais rurais frente à questão ambiental. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SHIROMA, E. O eufemismo da profissionalização. In: MORAES, M. C. (Org.). **Iluminismo às avessas: produção de conhecimento e políticas de formação docente**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

TIBA, I. **Adolescentes: Quem Ama, Educa!** 38. ed. São Paulo: Integrare Editora, 2008a.



\_\_\_\_\_. **Disciplina:** limite na medida certa. Novos Paradigmas. 80. ed. São Paulo: Integrare Editora, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Quem Ama, Educa!** 160. ed. São Paulo: Editora Gente, 2002.

ZYLBERSZTAJN, D.; SCARE, R. F. (Org.). **Gestão da qualidade no agribusiness:** estudos e casos. São Paulo: Ed. Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Estudos de casos em agribusiness.** Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1993.

Submetido em: 19/11/2014

Aprovado em: 17/12/2014